

TV Estadão

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O Brasil ficou mais desigual em 2020, no primeiro ano da pandemia, por causa do achatamento da renda da classe média. Enquanto a renda dos 40% mais pobres foi preservada pelo Auxílio Brasil, com pequeno avanço de 0,2% ante o ano anterior, a classe média, que é metade da população brasileira, viu seu rendimento cair 4,2% no mesmo período. Essa retração foi quase o triplo da registrada na renda de 1% dos brasileiros mais ricos, que encolheu 1,5%. Isso é o que revela um estudo coordenado pelo economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social. O trabalho combinou dados da renda da população, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad Contínua do IBGE com as informações da renda colhidas pelo Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF). O estudo seguiu a metodologia do economista francês Thomas Piketty, autor do livro O Capital no Século XXI. A partir da combinação da renda da Pnad Contínua com a renda do IRPF, o índice de Gini, que é o indicador que mede a desigualdade, atingiu 0,7 em 2020. Esse resultado está bem acima de 0,6, quando o índice é apurado apenas com os dados da renda da Pnad Contínua. O índice de Gini varia entre zero e um e quanto mais perto de um está o índice, maior é a desigualdade de renda. Segundo Neri, cada 0,3 ponto a mais no resultado índice de Gini equivale a uma grande mudança na desigualdade. E foi isso que ocorreu em 2020. Ao contrário do que se pensava, a desigualdade não diminuiu no primeiro ano da pandemia. “O auxílio emergencial conseguiu defender a renda dos mais pobres, mas a classe média não teve auxílio nem tinha renda de ativos para se defender da crise”, observa o economista. Entre os fatores que colaboraram para que o grupo do meio da população brasileira – que não está entre os 10% mais ricos nem entre os 40% mais pobres – tenha perdido mais renda no período estão a perda de emprego, especialmente no setor de serviços por causa do isolamento social, argumenta Neri. Ele observa que o aumento da inflação pegou a renda no ano seguinte. O estudo mostra também onde vivem os brasileiros mais ricos. Brasília lidera o ranking das unidades da federação de maior renda em 2020 por habitante, de acordo com dados do IRPF, com R\$ 3.148 mensais, seguida pelos Estados de São Paulo (R\$ 2.063) e Rio de Janeiro (R\$ 1.754). Em termos de patrimônio, porém, São Paulo lidera, com R\$ 411,4 mil por habitante. Mas, mesmo dentro da capital federal, há muita concentração de riqueza, liderada pelo Lago Sul, onde a renda do IRPF por habitante é de R\$ 23.241 por mês. É um rendimento três vezes maior que o município mais rico do Brasil, que é Nova Lima, na Grande Belo Horizonte (MG), onde a renda por habitante, de R\$ 8.897 por mês, é impulsionada pelas commodities minerais. Entre os municípios com maior renda, Nova Lima teve o maior crescimento (22,8%) entre 2019 e 2020. Em contrapartida, São Paulo, que ocupa a décima posição entre as 20 cidades com maior renda média do País (R\$ 3.542 mensais), registrou a maior perda de 2019 para 2020: 12,8%. Uma das hipóteses, segundo Neri, é a grande concentração de população de classe média, a fatia que mais empobreceu no período. Entre as capitais, a maior renda está em Florianópolis (SC), com R\$ 4.215 mensais, seguida por Porto Alegre (R\$ 3.775), Vitória (R\$ 3.736) e São Paulo (R\$ 3.542). “O ricos do País estão no Lago Sul, em lugares ligados à produção de commodities minerais e do agronegócio e municípios com boa qualidade de vida, como Florianópolis (SC), Santos (SP), Niterói (RJ), Campos de Jordão (SP)”, diz Neri. Ele observa que a qualidade de vida passou a ser mais valorizada com o episódio da pandemia. O estudo, diz o economista, é um mapa que poderá ser usado pelo governo na hora de colocar em prática as reformas administrativa e tributária, por exemplo.

